

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 50/2025      11 de julho 20205.

INSTITUI O PROGRAMA  
ALUGUEL SOCIAL NO  
MUNICÍPIO DE POTENGI, COMO  
BENEFÍCIO EVENTUAL DA  
POLÍTICA MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Potengi - CE,  
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou o seguinte Projeto  
de Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Potengi,  
o **Programa Aluguel Social**, como benefício eventual de  
caráter temporário, destinado a garantir o acesso à moradia  
digna a famílias em situação de vulnerabilidade social,  
risco pessoal, desabrigo por motivo de desastres ou outras  
situações emergenciais devidamente comprovadas.

**Art. 2º** O benefício do Aluguel Social será prestado por  
meio de repasse financeiro mensal às famílias  
beneficiárias, destinado exclusivamente à cobertura de  
despesas com aluguel de imóvel residencial.

§ 1º O valor mensal do benefício será definido por decreto  
do Poder Executivo, observados os seguintes critérios:

I - custo médio do aluguel na localidade;

II - composição familiar, suas necessidades específicas, e  
renda per capita constante do Cadastro único, limitada à R\$  
218,00 por pessoa;

III - disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

§ 2º O período de concessão do benefício será de até **6 (seis) meses**, prorrogável por igual período, mediante justificativa técnica e avaliação socioassistencial da equipe do CRAS ou da Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 3º A família beneficiária, deverá obrigatoriamente, estar inserida, no Cadastro Único com o cadastro atualizado na data do requerimento.

**Art. 3º** Terão prioridade para o recebimento do benefício as famílias que se enquadrem em uma ou mais das seguintes condições:

I - estejam em situação de extrema pobreza ou vulnerabilidade social;

II - tenham sido desalojadas ou desabrigadas em razão de calamidade pública ou desastres naturais;

III - possuam em sua composição crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência ou pessoas em tratamento de saúde continuada;

IV - Sejam chefiadas por mulheres,

V - Mulheres vítimas de violência doméstica.

**Art. 4º** Para a concessão do benefício, deverá ser instaurado processo administrativo, com base em parecer técnico-social emitido por profissional de nível superior da Secretaria de Assistência Social, da Proteção Social Básica ou Especial, contendo:

I - estudo social da família;

II - folha resumo do Cadastro único;

III - documentos pessoais do(a) responsável familiar, do imóvel alugado e do(a) dono(a) do imóvel.

IV - O pagamento deverá ocorrer imediatamente após decorridos 30 (trinta) dias da família beneficiária residindo no imóvel.

V - Excetua-se do inciso anterior os casos em que a família beneficiária esteja em vulnerabilidade social grave, evidenciado mediante relatório emitido pela Secretaria de Assistência Social, nos quais o pagamento poderá ocorrer de forma imediata.

**Art. 5º** A concessão do Aluguel Social não implica em direito adquirido, podendo ser revogado ou suspenso a qualquer tempo, nos seguintes casos:

I - superação da situação de vulnerabilidade;

II - descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei;

III - constatação de irregularidades ou fraude na obtenção do benefício.

**Art. 6º** O Programa Aluguel Social será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ou órgão equivalente, a quem caberá:

I - regulamentar os procedimentos para concessão, acompanhamento e fiscalização do benefício;

II - promover avaliações periódicas do impacto social do Programa;



III - elaborar relatórios para fins de controle social e prestação de contas ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único: O pagamento do aluguel social deverá ocorrer diretamente na conta de titularidade do proprietário do imóvel.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 8º** Esta Lei será regulamentada, no que couber, por decreto do Poder Executivo, no prazo de até **60 (sessenta) dias** a contar da sua publicação.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Paço da Câmara Municipal de Potengi, Ceará, 11 de julho de 2025.**

**José Juscie Rodrigues da Costa**  
**Presidente**